

Jornal Senado Mulher

Informativo Mensal da Procuradoria Especial da Mulher do Senado

Mulheres
no
PODER

Parlamentares realizam seminário



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Senadoras, deputadas e convidados reunidos em café da manhã definiram temas para o evento

Senadoras e deputadas querem encerrar o ano de 2016 com indicações sugeridas pela sociedade para a pauta legislativa feminina de 2017.

Elas discutiram os detalhes do seminário *Mulheres no Poder* em café da manhã da bancada feminina, no dia 9 de novembro, no gabinete da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora Especial da Mulher do Senado.

Com quatro painéis temáticos, o encontro Diálogos sobre empoderamento político, econômico e social e enfrentamento à violência deverá reunir cerca de 300 mulheres de todo o Brasil no auditório Petrônio Portella do Senado nos dias 14 e 15 de dezembro.

Para a senadora Vanessa Grazziotin, discutir o espaço das mulheres nos cargos

de poder implica focar a pauta urgente da paridade.

A deputada Ana Perugini (PT-SP), coordenadora da Frente Parlamentar Mista em

“Discutir o espaço das mulheres nos cargos de poder implica focar a pauta urgente da paridade.”

Defesa dos Direitos Humanos da Mulher, acha que o seminário acerta em abordar a desigualdade entre homens e mulheres: “É imprescindível à estrutura econômica, que não oferece a mesma oportunidade a todas e a todos”.

O grupo Mulheres do Brasil faz parte da organização do encontro e participou do

café da manhã. A advogada Raquel Preto pediu apoio à bancada feminina para o PLS nº 112/2010, que define a participação de mulheres nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista.

Estavam presentes as senadoras Simone Tebet (PMDB-MS); Ângela Portella (PT-RR); Fátima Bezerra (PT-RN); Gleisi Hoffmann (PT-PR); Lídice da Mata (PSB-BA); Regina Sousa (PT-PI); a deputada Jô Moraes (PCdoB-MG); Boris Utria, diretor de Operações do Banco Mundial e Ilana Trombka, diretora-geral do Senado.

Accesse mais informações:

www.seminariomulheresnopoder.com.br



“16 Dias de Ativismo” movimentam Congresso

COMAP/ Senado Federal



A campanha anual mobiliza diversas entidades no Brasil e no mundo, incentivando uma rica agenda de audiências públicas, sessões solenes e homenagens no Senado e na Câmara, durante os 21 dias de ativismo celebrados no país a partir da incorporação à campanha do Dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro.

Abrindo o calendário antecipadamente, no dia 17 de novembro, a Procuradoria Especial da Mulher do Senado (ProMul) promoveu a 36ª audiência pública do projeto Pauta Feminina, para discutir Gênero, Raça e Eleições Municipais.

No dia 23, a Câmara dos Deputados discutiu, também em audiência pública, o chamado Caso Gracinha, para compreender a violência social e de Estado que se abate sobre a quilombola Maria

das Graças de Jesus, da comunidade Toca de Santa Cruz, no município de Paulo Lopes, em Santa Catarina, que teve suas filhas retiradas de sua tutela pela Justiça.

No dia 24, na Câmara dos Deputados, foram agraciados pela Comenda Abdias Nascimento, o Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso (Imune), o cantor Lazzo Matumbi, a atriz Zezé Motta e o percussionista Naná Vasconcelos (*in memoriam*). O Conselho da Comenda é presidido pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

Dia 1º de dezembro foi a vez da entrega do Diploma Mulher-Cidadã Carlota Pereira de Queirós, primeira deputada federal brasi-

leira. Foram agraciadas a juíza Amini Haddad Campos; a ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha; a ativista e ex-ministra Luiza Helena de Bairros (*in memoriam*); a missionária Maria da Conceição Dias de Albuquerque; e a fundadora da Associação Niteroiense de Deficientes Físicos, Tânia Regina Pereira Rodrigues.

No dia 30, a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher discutiu, em duas mesas, as mutilações de mulheres feitas por seus próprios parceiros e a violência contra as mulheres trans e as travestis.

As audiências públicas e outros eventos são regularmente cobertos pelas agências de comunicação da Câmara e do Senado, muitas vezes sendo transmitidas interativamente pela internet:

www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria

www12.senado.leg.br/ecidadania

www12.senado.leg.br/noticias/

www2.camara.leg.br/camaranoticias/

Mesa discute racismo no serviço público

Edilson Rodrigues/Agência Senado



O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal promoveu mesa-redonda no dia 11 de novembro. O debate sobre diversidade racial no serviço público “amplia as atividades em torno da questão racial e traz a temática racial para ser debatida em outros programas no âmbito do Senado”, disse Mario Lisboa Theodoro, consultor Legislativo.

Representantes do Itamaraty, do Banco do Brasil e do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão falaram sobre a aplicação da Lei de Cotas (nº 12.990/2014)

em concursos públicos e sobre as comissões verificadoras, criadas para comprovar a autenticidade das autodeclarações raciais dos candidatos concorrentes às vagas destinadas a afrodescendentes.

O diplomata Ricardo Kato Mendes explicou que o Itamaraty evoluiu do critério de afrodescendência (genotípico) para o de aparência (fenotípico), nas duas etapas do certame.

Luana Vieira, assessora técnica da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR), disse que “a reserva de

vagas é um instrumento de democratização racial”. Para ela, é fundamental a articulação entre as diversas entidades e órgãos públicos para que a comissão verificadora faça “uma discriminação positiva” eficiente.

Edileuza Penha de Sousa, doutora em Educação (UnB), disse que “ações afirmativas são imprescindíveis instrumentos para garantir os essenciais direitos fundamentais da pessoa humana”.

Para Ivair Augusto Alves dos Santos, doutor em Sociologia (UnB), além de aplicar a lei de cotas, “é preciso criar políticas e mecanismos nessas instituições para minimizar o preconceito e a discriminação sofridos por homens e mulheres negros”.

Raimilda Bispo dos Santos, servidora do Senado Federal há trinta anos, relatou as dificuldades em ser ouvida e reconhecida.

“Quando estamos falando sobre nós mesmos, é ‘vitimismo’, é ‘mimimi’. Então, quando outra pessoa está mostrando com dados e comprovando que existe essa diferença, tem um peso”, assinalou.

Para ela, nos 30 anos de Senado, faltaram-lhe condições para se colocar como profissional por ser mulher e negra: “Quem sou eu no Senado Federal?”, perguntou.

Assista:

<https://youtu.be/bmMTsbdIz3k>



Dia 17 de novembro a 36ª Pauta Feminina abordou o resultado das eleições municipais de 2016, do ponto de vista das desigualdades, de raça e gênero. Mediadora da audiência, a senadora Regina Sousa (PT-PI) destacou o desempenho das candidatas nordestinas. Na região Nordeste (NE), as mulheres se elegeram prefeitas em porcentagem de 16%, e vereadoras, em 15%; diante de, respectivamente, 15% e 14%, na região Norte (N); 13% e 13%, na região Centro-Oeste (CO); 9% e 11%, na região Sudeste (SE); e 7% e 14%, na região Sul (S).

Em nenhuma região a proporção das prefeitas indígenas ou negras (pardas e pretas) suplantou a de brancas eleitas. Indígenas e negras foram, respectivamente, 2,96% e 44,78% (N); 0,35% e 36,24% (NE); 0% e 3,28% (CO); 0% e 13,19% (SE); e 0% e

6,02% (S).

Já nas câmaras municipais, as mulheres negras se sobressaíram no Norte e Nordeste. As indígenas e negras foram 0,45% e 67,76% no Norte. Nas demais regiões: 0,23% e 56,23% (NE); 0,81% e 41,30% (CO); 0,15% e 23,72% (SE); 0,19% e 4,33% (S).

Avaliações

Gabriela Cruz, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), valorizou a “união dos campos de gênero, raça e classe na atuação como mulher negra” e citou o PL nº 160/2013, que reserva 5% do fundo partidário para a promoção de candidatos afrodescendentes.

Flávia Biroli, cientista Política da Universidade de Brasília (UnB) e integrante do Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades (Demodê), disse: “A subinclusão sistemática priva as mulheres de exercerem influência política direta, requisito da cidadania”.

Para ela, é necessário compartilhar o trabalho doméstico e de cuidado de outras pessoas; ocupar espaços nos partidos e não só no poder; e combater o peso do machismo, do sexismo e do racismo na determinação de papéis, habilidades e ambições.

Olgamir Amância, da União Brasileira de Mulheres (UBM) e professora da UnB, destacou a compreensão de contradições da realidade como fator necessário para a participação política. Para ela, os partidos precisam trabalhar a questão de gênero (e não apenas “da mulher”) como sendo do partido e não só das mulheres.

“O Brasil não entende que esta é uma questão da cidadania como um todo”, disse Marise Nogueira, diplomata, alertando para o efeito da discriminação sobre todos os temas da sociedade. Eunice Borges, da ONU Mulheres, assinalou a presença transversal da perspectiva de gênero entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos para 2030; destacou a Norma Marco do Parlatino na direção da democracia paritária; e apresentou a plataforma Cidade 50-50: todas e todos pela igualdade.

A ex-senadora Emília Fernandes, presidente do Fórum de Mulheres do Mercosul; Raissa Rossiter, secretária Adjunta de Políticas para Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos; Lúcia Bessa, subsecretária de Políticas para Mulheres prestigiaram o evento.

Acesse: <http://bit.ly/2fXnelw>

Jovens senadoras desenham Parlamento feminino



O Senado recebeu a nona turma de Jovens Senadoras entre os dias 29/11 e 3/12. Desde 2008, o projeto de educação política do Senado seleciona anualmente, por meio de um concurso público de redação, 27 estudantes de ensino médio de escolas públicas estaduais, com idade até 19 anos. A intenção é vivenciar o trabalho dos senadores, dando um salto das redações escolares à redação legislativa de propostas de lei que são examinadas pelos parlamentares para serem transformadas em leis.

A nova edição do Projeto Jovem Senador

é a oitava marcada pela presença feminina majoritária. Em 2016, o concurso mobilizou 8,79% das escolas públicas de ensino médio (1.658 de um total de 18.852), de onde saíram 282.240 redações com o tema *Esporte: educação e inclusão*. A seleção tem sido mais eficiente que as urnas para garantir a presença feminina no Senado.

A presença feminina no projeto Jovem Senador contrasta com a realidade da presença feminina no Senado, onde apenas 13 mulheres integram o corpo de 81 parlamentares. No projeto, apenas em 2010, a presença de mulheres foi menor que a de homens. Em 2016, as meninas são 55,6% dos jovens parlamentares.

Na edição deste ano, as meninas venceram no Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Sergipe.

Unidades da Federação como a Paraíba, Pernambuco e o próprio Distrito Federal nunca tiveram uma senadora. No projeto Jovem

Senador o cenário se inverte. Estados como Amazonas e Pernambuco é que nunca foram representados por um homem até agora.

Em 2016, a representante pernambucana foi Acsa Mendes de Albuquerque, também terceira colocada no concurso nacional de redação que teve como tema *Esporte: educação e inclusão*.

“Em quase todas as edições a participação feminina superou a masculina.”

No ano dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro, marco do esporte de elite, Acsa valorizou o esporte como “direito assegurado pela Constituição e que, portanto, deve ter seu acesso democratizado para toda a população”. O segundo lugar no concurso coube a Isabelle da Silva dos Santos, do Distrito Federal, e o primeiro a Dilson Gabriel Pieve, de Minas Gerais.

Visite a página do projeto: www12.senado.leg.br/jovemsenador



“Não há uma pegada do meu caminho que não passe pelo caminho do outro.”

Simone de Beauvoir

A frase da escritora francesa ilustra por analogia o quanto a ProMul em 2016 caminhou ao lado das mulheres brasileiras com passo resolutivo em defesa dos seus direitos.

Temas da pauta feminina ocuparam diariamente nossa página da Internet, que teve 51.769 visitantes até 30 de novembro.

As 11 edições do jornal Senado Mulher le-

varam mensalmente aos milhares de leitores temas como sub-representação das mulheres na política e nos espaços de poder em todas as áreas da sociedade; saúde preventiva e combate ao câncer de colo do útero e de mama; Zika vírus e microcefalia; Lei Maria da Penha e inaceitáveis casos de feminicídio e estupro coletivo; desigualdade de gênero no Poder Judiciário; autonomia de meninas; mulheres nas Olimpíadas e Paraolimpíadas.

Na Rádio Senado, as 11 edições do programa Pauta Feminina repercutiram opiniões de especialistas e público em torno do debate sobre educação inclusiva com abordagem em autismo e síndrome de Down; gênero, raça e eleições municipais, e gravidez na adolescência, entre outros.

A página do Facebook alcançou 10 mil curtidas até 2 de dezembro e o Twitter foi seguido por 1.167 internautas.

Para além dos números absolutos, incontáveis foram as visitas recebidas na ProMul de mulheres de todo o Brasil, acadêmicas, rurais e urbanas, sindicalistas, com ou sem escolaridade e de todas as idades, interessadas em conhecer as atividades das senadoras e prontas para apoiar e repassar a tantas outras as

iniciativas legislativas da bancada feminina.

Para coroar o ano, ousamos propor o inédito seminário Mulheres no Poder – Diálogos sobre empoderamento político, econômico e social e enfrentamento à violência, que deverá reunir centenas de mulheres no período de 13 a 15 de dezembro.

“A tarefa da ProMul é a luta pela igualdade plena, o combate à violência e a garantia de direitos às mulheres.”

A ProMul acredita com isso estar dando mais um passo na certa caminhada na qual as mulheres se irmanam pelo respeito ao direito de serem mulheres.

Nosso sentimento é de gratidão a todas e todos os que estiveram ao nosso lado até aqui e confiamos que em 2017 os passos em direção às conquistas sejam ampliados em favor da pauta feminina.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)

Procuradora Especial da Mulher do Senado



Artigo Concurso de Vídeo e Superação da Violência

O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal acompanhou com interesse a realização do concurso de vídeo por celular sobre a Mulher e a Superação da Violência, de iniciativa da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, do Congresso Nacional, e da Procuradoria Especial da Mulher do Senado. O Comitê Gestor do Pró-Equidade incluiu algo semelhante na 6ª edição no Plano de Ação do referido Programa, referente à responsabilidade nas tarefas domésticas.

O concurso foi lançado em comemoração aos 10 anos da Lei Maria da Penha, em agosto, com a divulgação dos/as vencedores/as prevista para ocorrer ainda nos 16 Dias de Ativismo pela Não Violência Contra As Mulheres (20/11 a 10/12). Embora com ampla divulgação pelas diversas mídias, a adesão nos primeiros dias de lançamento

foi tímida, aumentando consideravelmente após a prorrogação do prazo de inscrição dos vídeos.

Algo que leva à reflexão a partir dessa campanha, e que perpassa o tema da violência contra a mulher, é a grande dificuldade de as pessoas falarem livremente de suas próprias experiências de violência doméstica e familiar ou de relatarem algumas situações vivenciadas por outras mulheres, de que ouviram falar ou mesmo presenciaram.

Não obstante o avanço no número de denúncias registrado pelo Ligue 180, retirar do âmbito privado a violência que atinge as mulheres, especialmente no âmbito doméstico e familiar, continua sendo um dos maiores desafios das políticas públicas de combate à violência contra as mulheres. Não sem razão, o estímulo à denúncia perpassa a maioria dos vídeos inscritos.

O concurso instiga a conhecer o assunto,

a refletir sobre práticas abusivas “naturalizadas” nas relações domésticas e familiares, a falar, a “tocar a ferida”. Por essas razões, talvez seja um importante instrumento de reflexão sobre a violência que atinge as mulheres, a ser disseminado Brasil afora, não só nas comemorações dos 10 anos da Lei Maria da Penha, mas em campanhas regulares.



Maria Terezinha Nunes, gestora do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça no Senado

EXPEDIENTE – Procuradoria Especial da Mulher do Senado

Procuradora: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)

Coordenadora: Rita Polli Rebelo

Projeto gráfico: Secom/Comark

Diagramação: Ramíla Moura

Textos e edição: Lunde Braghini, Ramíla Moura e Rita Rebelo.

Equipe de apoio: Isis Marra

Jornalista responsável: Rita Rebelo (Reg. Profissional 4321/DF)

Endereço: Senado Federal – Anexo II – Primeiro Andar

Praça dos Três Poderes - CEP 70165-900 - Brasília-DF

Telefones: (61) 3303-1710 / 0800 61 22 11

E-mail: procuradoria.mulher@senado.leg.br



Procuradoria da Mulher do Senado



@SenadoMulher



www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria